

**PROCESSO N° 02.005-058/2024**

**DISPENSA N° 009/2024**

**ASSUNTO:** Análise de Minuta de Dispensa de Licitação.

### **PARECER JURÍDICO**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SATISFAÇÃO DOS REQUISITOS CONSTANTES DO ART. 75ª E SEGUINTE DA LEI N° 14.133/2021. FAVORÁVEL.

### **RELATÓRIO**

Veio a este Procurador Geral do Município de Passa e Fica, para análise da possibilidade de contratação direta a ser realizada entre a Prefeitura Municipal, através do Processo de Dispensa n° 009/2024, para realizar a aquisição de equipamentos de informática, visando atender os interesses do Município de Passa e Fica/RN.

Consta nos autos os seguintes documentos: a) solicitação da demanda; b) documento de formalização da demanda; c) estudo técnico preliminar; d) termo de referência; e) minuta da dispensa; f) termo de autuação, g) pesquisa de preço; h) dotação orçamentária, bem como os demais documentos considerados importante no processo de dispensa.

Eis o Breve Relatório.

### **PARECER**

Destaca-se, a princípio, que a presente análise é eminentemente técnico-jurídica e que não adentrará as questões de conveniência e oportunidade da Administração municipal.

O presente Processo, compreendido na Lei n° 14.133/2021, em seu Art. 75, visa a contratação acima relatada por intermédio de contratação direta via dispensa do procedimento licitatório ordeiro. Nessa esteira, prevê o inciso II do artigo 75 da lei n° 14.133/2021, que é dispensável a licitação com valores de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil) reais. Complementando esse dispositivo, o decreto já atualizou o valor para R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

Isto posto, a pesquisa da contratação em epígrafe revela valor inferiores ao previsto na legislação. Logo, no entender desse procurador, resta possível juridicamente a presente contratação pela via eleita.

A obediência aos aspectos formais é dever que se impõe e considerando os referidos aspectos, entendo que a dispensa cumpre com as regras e princípios prescritos nos artigos 75 e seguintes da lei nº 14.133/2021.

Dito isso, não vislumbro óbice legal quanto ao prosseguimento da dispensa em epígrafe, opinando este procurador pela continuidade do feito.

Precavido do caráter opinativo deste parecer e com a máxima vênica ao entendimento diverso, este é o parecer.

Passa e Fica/RN, 13 de junho de 2024.

RODRIGO  
MARCELINO DA  
SILVA:05728191452

Assinado digitalmente por RODRIGO MARCELINO DA  
SILVA:05728191452  
ND: CNPJ, CNPJ=Brasil, OUI=Secretaria da Receita Federal do Brasil -  
RFB, OUI=RFB e+CPF, AS, OUI=EM BRANCO, OUI=3101.1048000182,  
OUI=consorcio, CN=RODRIGO MARCELINO DA SILVA:05728191452  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
LocalEsign:  
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

**RODRIGO MARCELINO DA SILVA**

*Procurador Geral do Município*

*Mat.: 122*